

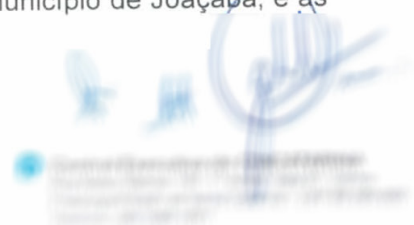
## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ONLINE DO PROCESSO DE REVISÃO DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

No dia sete de agosto do ano de dois mil e vinte, às dezenove horas, por meio do canal do CINCATARINA, pela plataforma do Youtube, link: <https://www.youtube.com/watch?v=C0h7Svx5BzQ>, foi realizada a audiência pública de revisão do plano diretor, cujo o tema da noite foi as minutas de propostas para as leis de uso e ocupação do solo e parcelamento do solo. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados. A audiência reuniu populares do município de Joaçaba, técnicos municipais, autoridades e a equipe técnica do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA. A audiência pública foi aberta por mim, **Guilherme Bittencourt**, supervisor de atuação governamental, quando saudei a todos os presentes, falei que o tema da noite era as minutas de propostas de uso e ocupação do solo e parcelamento do solo, agradei a todos que fizeram parte até o momento do processo de revisão: técnicos do CINCATARINA, do executivo, entidades organizadas, comissões nomeadas, entre outros. Destaquei que o material apresentado na noite de 29 de julho, bem como o material apresentado na noite de 07 de agosto, tratam-se de um anteprojeto, ou seja, um texto prévio que ainda não é um projeto de lei, passível de alterações e que será encaminhado para câmara. Lembrei a todos que todas as emendas apresentadas irão para análise da comissão de revisão, a qual analisará uma a uma das proposições, e quando aprovado por esta, fará sua inserção no anteprojeto, sendo que posteriormente esses materiais voltarão para duas novas audiências, uma para uso e ocupação e parcelamento e a outra para o plano diretor e código posturas. Destaquei a ampliação dos prazos para contribuições nos materiais, sendo que para o material da audiência referente ao plano diretor e ao código de posturas, a participação poderá ocorrer até a data de 17 de agosto de 2020, enquanto a participação para o material de uso e ocupação e parcelamento do solo poderá ocorrer até 08 de setembro de 2020 e após estes prazos a comissão de Revisão terá mais trinta dias para revisar e aprovar as emendas, que seguirão para as audiências. Destaquei ainda que houve duas solicitações de sustentações orais perante a comissão, e tal pedido também será enviado para comissão de revisão. Com isso foi reforçando mais uma vez que até o momento o que está sendo apresentado é um material que pode ser alterado por meio das emendas apresentadas pela população. Comentei sobre assuntos de debate e dúvida frente à população, mais especificamente ao que trata do IPTU progressivo no tempo, matéria prevista no estatuto das cidades, e que aquele não está aumentando em momento algum o IPTU da população, mas sim é um instrumento previsto tanto no estatuto como na lei atual de Joaçaba, e que tem sua função de controle e manutenção da função social da propriedade. Após, falei sobre a lista de presença, pois visto que a audiência ocorreu de forma online, a presença seria contada de duas formas: uma pelo chat da plataforma do Youtube, e a outra pela lista disponível no site de revisão do Plano Diretor. Com isso, apresentei o cronograma da noite, onde ocorreriam as apresentações em vídeos explicativos, depois abriríamos para responder as contribuições, lembrando que caso houvessem muitas participações a ponto de ultrapassar o horário da audiência, elas seriam respondidas posteriormente, e enviadas para revisão da comissão. Informei que a apresentação estava programada para às 19:25h, com término previsto para às 20:30h, momento que iniciariamos a leitura de emendas e esclarecimentos até às 21:00h, sendo possível estender esse horário por mais uma hora, conforme regimento interno das conferências. Informei que seria passado um vídeo

### Inovação e Modernização na Gestão Pública

informativo, ensinando a todos, como acessar as minutas, e como contribuir no *site* de revisão do plano diretor, elencando ainda que isso poderia ocorrer pelo *e-mail* ou de forma física na prefeitura. Reforcei que na noite só seriam aceitas as contribuições feitas pela plataforma do “*Google Forms*” e pelo *e-mail*, visto que por esses meios não existe restrição de número de caracteres, como apontado pela população na última audiência. Adverti novamente acerca dos novos prazos de participação, passando assim para os vídeos explicativos. O primeiro vídeo apresentou de forma detalhada para população as formas de participação pelo *site* de revisão do plano diretor, bem como, onde acessar as minutas das propostas e o *e-mail* para envio de contribuições. Foi reforçado que as contribuições poderiam ser protocoladas de forma física na prefeitura. O segundo vídeo apresentado pela arquiteta e urbanista *[nome]* tratou sobre a minuta da proposta da lei de parcelamento do solo trazendo assuntos como: cartogramas apontando o uso do solo no município, a declividade, o seu crescimento até o ano de 2005, de 2005 a 2019 e os loteamentos em licenciamento atualmente, cartograma de gabaritos do município, além de falar da inclusão do instrumento do desdobro na nova proposta, explicando como este funciona; na modalidade de loteamento convencional foram incluídos os loteamentos de interesse social e empresarial explicando cada um; tratou-se ainda das infraestruturas necessárias para loteamentos, requisitos para casos específicos (execução de talude, arborização das áreas verdes, recuperação de APP), tipos de pavimentações das vias, prazos para execução, normas técnicas, requisitos das novas vias, gabaritos, proposta das quadras (tamanho máximo, vias de espera, vias de pedestres), exemplificando cada um e apresentado exemplos negativos de quadras sem limite de extensão; foram exibidas as normas técnicas para faixa sanitária; Propostas de documentação e aprovação de projetos e as disposições transitórias, com prazos de transição. Após esta apresentação reforcei a importância da participação da população, informando que posteriormente seria apresentado o material referente a minuta de proposta da lei ao uso e ocupação do solo. Passando para o terceiro vídeo, apresentado pela arquiteta e urbanista *[nome]*, a qual apresentou a estruturação espacial de Joaçaba (macrozona rural e urbana) apontando os objetivos que foram adicionados para ambas, parâmetros urbanísticos referentes ao lote mínimo e máximo; Gabarito, apontando a adição do nível de acesso da edificação como fator base para cálculo, após foi feita a exposição dos índices de aproveitamento, inclusive do índice mínimo (adicionado à nova proposta), seguindo, explanou-se sobre a taxa de ocupação, áreas não computáveis, recuos (frontal, lateral e fundos), taxa de permeabilidade e a adição dos pisos drenantes na base de cálculo da taxa; Posteriormente foram apresentadas diretrizes urbanísticas, dentre elas a fachada ativa, fruição pública e o uso e ocupação do solo. No que trata das permissibilidades, na nova proposta em vez das atividades estarem agrupadas conforme destinação da zona, a classificação das atividades passa a ser mais flexível e categorizada conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE - e a flexibilização de uso livre para escritórios, filiais, comércios eletrônicos (*e-commerce*), e em alguns casos, endereços para fins de correspondências concomitantes à residência em todo o território do município. Finalizando com a apresentação referente ao estudo de impacto de vizinhança e de trânsito. Na sequência foi repassado o vídeo detalhando as formas de participação popular através do *site* de revisão do plano diretor, bem como, onde acessar as minutas de propostas e o *e-mail* para envio de contribuições. Reforcei novamente que as contribuições poderiam ocorrer de forma física na prefeitura. Logo após, foi apresentado o zoneamento vigente do município de Joaçaba, e as

## Inovação e Modernização na Gestão Pública



novas zonas propostas explicando de forma detalhada cada zoneamento proposto comparando-o com o zoneamento vigente, e apresentando os parâmetros urbanísticos (lote mínimo, testada mínima, recuo frontal mínimo, afastamento lateral mínimo, afastamento fundos mínimo, gabarito, taxa de ocupação, índice de aproveitamento mínimo, índice de aproveitamento básico, índice de aproveitamento máximo e taxa de permeabilidade mínima); Em seguida foi apresentado o cartograma de restrições ambientais, sendo essas: APP florestal; áreas de restrições hidrológicas, áreas de restrições geológicas, áreas com restrições de declividade, áreas de preservação do patrimônio cultural e áreas de proteção do aeródromo e heliponto, exemplificando um a um e os seus requisitos, concluímos com a apresentação das disposições finais e transitórias. Passando assim para a reprodução de um vídeo apresentando todas as etapas da participação popular, sendo elas: audiências, oficina estratégica, conferências públicas, reuniões com a comissão técnica, reuniões com a comissão geral, webconferências, etc.; Destacando-se que de forma direta houve, em forma de participação, 117 formulários preenchidos, 96 contribuições online, e de forma geral houve 744 participações, além das reuniões entre comissões e entidades. Terminada as apresentações, reforcei mais uma vez para aqueles que estavam assistindo, que o material apresentado tratava-se de uma proposta e não de um projeto de lei, sendo assim, era passível de alteração, e após o prazo de contribuições, a proposta iria para comissão de revisão que teria mais trinta dias para análise e aprovações, e depois seriam marcadas novas audiências para apresentação de um projeto de alteração. Lembrei a todos que as contribuições recebidas e que não foram lidas, irão fazer parte do processo, e serão encaminhadas também para análise da comissão. Iniciei a leitura das contribuições, respostas e registros em ata, as quais passo a redigir. **Dr. João Fialho** solicitou (por *e-mail*) que no bairro Flor da Serra e Jardim Alvorada, fosse mantido dois pavimentos, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Roberto Luan** solicitou (por *e-mail*) a manutenção do gabarito no bairro Jardim Alvorada, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Silvio Fialho** solicitou (por *e-mail*) que para a lei de uso e ocupação do solo, seja estabelecido um período de transição de seis meses entre aprovação da nova lei e sua cobrança efetiva, informei que já existe certa previsão no capítulo de transições mas, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Gustavo Fialho** informou (por *e-mail*) que é contra a alteração de gabarito que permita a construção de edificações com cinco pavimentos no bairro residencial Flor da Serra; se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Carmelo Martin** informou (por *e-mail*) que é contra a liberação de construção de prédios com mais de dois andares no bairro Brisas do Vale II, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Mariana Carneiro Gomes** solicitou (por *e-mail*) que seja mantida a proposta de até cinco pavimentos na rua Guilherme Luginsland, zoneamento ZPR2, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Luciana Zanetti** solicitou (por *e-mail*) a revogação na íntegra do parágrafo 1º, do artigo 62 da lei de uso e ocupação do solo, que trata: "Os imóveis adjacentes à Catedral Santa Terezinha, delimitados no cartograma de restrições ocupacionais, anexo V, terão limitação de altura utilizando como cota máxima a cobertura da nave central.", se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Roberto Luan Carneiro** solicitou (por *e-mail*) a revogação do parágrafo 1º, do artigo 62 da lei de uso e ocupação do solo, solicitando ainda a possibilidade de defender seu posicionamento perante a comissão de revisão e onde mais a matéria for tratada, se tratando

## Inovação e Modernização na Gestão Pública

de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Sr. Isabela Andressa solicitou (por e-mail) a revogação do parágrafo 1º, do artigo 62 da lei de uso e ocupação do solo, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Sr. disse (por e-mail) para manter o gabarito do bairro Flor da Serra como está definido atualmente no plano diretor, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Sr. solicitou (por e-mail) para que se mantenha o gabarito dos bairros, Flor da Serra e Brisas do Vale como está definido atualmente no plano diretor, limite de até dois pavimentos, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Sr. apresentou (por e-mail) que na rua Frederico Mayer são contra a construção de prédios, no bairro Flor da Serra, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Sr. perguntou (por e-mail) se houve liberação para construção de prédios no bairro Flor da Serra. Em caso positivo, requereu se essa liberação ocorre em todo o bairro, ex. Brisas do Vale. Ainda perguntou se houve algum tipo de consulta aos moradores da localidade, e se houve o assentimento deles. E qual a justificativa para essa eventual liberação, e se houve a análise de impacto que essa mudança acarretará no bairro, com isso a arquiteta, Sr. respondeu que sobre a liberação para construção de prédios, na proposta está previsto sim o gabarito de cinco andares para todo zoneamento, quanto a englobar todo bairro a resposta é negativa, visto que o Brisas do Vale não entra no zoneamento pois ele não tem estrutura para suportar um adensamento populacional muito grande, quanto à consulta aos moradores da localidade, a resposta foi positiva, lembrando que houveram durante todo o processo as conferências públicas e que estas foram setoriais, e justificou-se ainda que o plano diretor vigente já prevê um gabarito de cinco andares para este zoneamento, igual a nova proposta, sendo que foram analisadas diversas condicionantes como: condições de acesso, topografia, densidade populacional, crescimento radial, o que traz uma viabilidade técnica para adensar esse bairro, inclusive pela proximidade à área central, mas reforçou-se que a audiência vem com o fim de colher as contribuições da população; Sr. solicitou (por e-mail) que no bairro Jardim Alvorada II, seja mantido dois pavimentos, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Sr. solicitou (por e-mail) a mudança/alteração de ZPR2 (Zona Preferencialmente Residencial 2) para ZMC (Zona Mista Central) nos trechos entre as ruas Almirante Barroso, Frei Edgar e Augusto Arbruger, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Os escritório Zagonel e Hoffelder Advogados, protocolaram (de forma física na prefeitura) uma representação de inconstitucionalidade do artigo 78 da minuta de lei complementar de parcelamento do solo, que diz: “Aplica-se ao desmembramento, no que couber, as disposições urbanísticas exigidas para o loteamento cuja área total da gleba seja superior a 6.000,00 m<sup>2</sup> (seis mil metros quadrados). Parágrafo único. Nos desmembramentos de que trata o caput deste artigo, o interessado deverá doar ao município, como área institucional, no mínimo 15% (quinze por cento) da área a ser desmembrada da gleba, sendo no mínimo um lote de 360,00 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) com testada mínima de 12,00m (doze metros), desde que a gleba não tenha sido objeto de parcelamento onde já foi feita a doação do percentual de 35% previsto em lei.”, lembrei que o que apresentamos no momento é ainda um anteprojeto, não se tratando de uma lei ou projeto de lei (o anteprojeto ainda não teria força legal para ser tratado como matéria legislativa com forma inconstitucional) porém se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Sr.

## Inovação e Modernização na Gestão Pública

perguntou (por *e-mail*) qual é o zoneamento previsto para rua Guilherme Santini. A arquiteta, *[nome]* respondeu que se tratando a pergunta de uma questão particular e específica, não sendo o foco da audiência, estaríamos respondendo a mesma por *e-mail*; *[nome]* apresentou uma sugestão (pelo formulário de contribuição) de alteração da redação da lei de zoneamento no seu artigo 93, inciso II; artigo 94, inciso II; e do artigo 98, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Os *[nomes]* solicitaram (todos pelo formulário de contribuição) a manutenção do gabarito do bairro Flor da Serra e Brisas do Vale, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; *[nome]* solicitou uma emenda (por *e-mail*) referente às restrições, o qual diz: "onde empresas de tecnologia podem ter funcionários contratados em outros estados e países, não vejo motivo em ter uma restrição relacionada a contratação de funcionários neste caso, favor rever este ponto flexibilizando esta situação. Obrigado", se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; *[nome]* solicitou mais uma emenda (por *e-mail*) referente a infraestrutura de iluminação pública em LED o qual diz: "a proposta da infraestrutura para loteamentos prevê que a iluminação pública seja em LED, porém LED é a "tecnologia do momento", daqui alguns anos terá uma tecnologia melhor, adequem para prever essas situações, de tal forma que não seja necessário definir uma nova lei em alguns anos. Obrigado", se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; *[nomes]* solicitaram a manutenção do gabarito do bairro Flor da Serra, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; *[nome]* disse (pelo formulário de contribuição) que "O mapa do zoneamento proposto não tem nome das ruas. Solicita a inclusão dessa informação nos mapas, para facilitar a identificação de onde começa e termina cada zona proposta", Informei que após a audiência seria feita essa alteração nos cartogramas, adicionado então o nome das ruas; *[nome]* (pelo formulário de contribuição) perguntou como será o mapa do distrito de Santa Helena, a *[nome]* respondeu que o mapa foi apresentado nesta noite e que os dois distritos de Joaçaba, estão mapeados com o zoneamento de ZPR3 (zona preferencialmente residencial 3), permitindo baixo adensamento, preferencialmente residencial; *[nome]* fez uma contribuição (pelo formulário de contribuição) dizendo: "4 bairros em Joaçaba tem gabarito de 2 pavimentos. Onde está a ZPR contemplando 2 pavimentos?", indiquei que a solicitação ficou um pouco confusa, e se pudesse esclarece-la melhor por *e-mail*, mas de qualquer forma será encaminhada para comissão; *[nome]* solicitou (pelo formulário de contribuição) a divulgação de calendário oficial contendo as próximas etapas e forma de funcionamento das audiências finais. Informei que será confeccionado e apresentado os novos calendários, com as novas datas de contribuição, mas que algumas datas ainda não estão certas, visto que após os trinta dias para contribuição, será aberto mais

## Inovação e Modernização na Gestão Pública

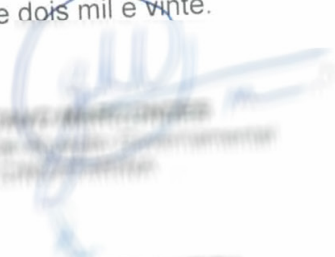
um prazo de trinta dias para comissão revisar o material, e depois disso está indicada a data de nova audiência, mas salientei que sempre estará sendo atualizado os passos tomados, e apresentadas as datas com antecedência; **Dr. Roberto Lammert** informou (pelo formulário de contribuição) que precisava de mais informações sobre a zona do parque municipal, e com quem poderia tirar essas dúvidas. Informei que ela poderia enviar suas dúvidas pelo e-mail oficial, pensarjoacaba@cimcatarina.sc.gov.br, ou de forma presencial na prefeitura, ou pelo formulário de contribuição, mas caso opta-se pela última alternativa, indica-se o seu e-mail, para que pudéssemos dar um retorno do material; **Dr. Lucas Roberto Batista** enviou uma contribuição (pelo formulário de contribuição) o qual diz: "Solicitamos haver uma cláusula visando flexibilizar o plano diretor com o seguinte funcionamento: Caso alguma obra/instalação não seja prevista ou seja proibida pelo plano diretor em vigor, a comunidade local da região de impacto ou proximidade seja soberana para liberar a construção ou obra. Desta forma que o desenvolvimento de novos empreendimentos não será prejudicado, contanto que os moradores próximos estejam de acordo. Obrigado". Respondi que tal assunto é referente ao EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) e que a lei prevê que seja feita audiência com a população afetada quando houver previsão de instalação de uma empresa de grande porte, mas de qualquer forma será encaminhada para comissão; **Dr. Gabriel Santos Pinheiro** solicitou (pelo formulário de contribuição), a retirada de todos os artigos referentes ao direito de preempção, bem como sobre o IPTU progressivo e também sugeriu a exclusão do uso de fachada ativa como obrigatório, ou seja, passa a ser opcional em qualquer região. Se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Roberto Luiz Saravalle** solicitou (pelo formulário de contribuição) a revogação na íntegra do parágrafo primeiro do artigo 62, do uso e ocupação do solo, mediante todas as considerações que protocolei na prefeitura, e a possibilidade de usar a palavra e defender as considerações nas comissões gerais e reuniões que vierem a ser marcadas. Informei que tal contribuição já havia sido lida e anotada em ata; **Dr. Silvio Pinheiro** informou (pelo formulário de contribuição) que "Nas zonas ZPR 2 (Zona preferencialmente Residencial 2) o gabarito proposto de 5 pavimentos não contribui para o desenvolvimento. O Índice de Aproveitamento e a Taxa de Ocupação estabelecidas são restritivas. A restrição do gabarito para estas zonas deveria ter critérios técnicos claros para não prejudicar possíveis investimentos. A construção de condôminos com torres residências com infraestrutura interna de serviços que é uma tendência dos grandes centros. A proposta é manter o gabarito para estas zonas." se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Walter Augusto Bortolotto** solicitou (pelo formulário de contribuição) a criação do corredor de comércio e Serviços CCS (Corredor de Comércio e Serviço) no Bairro Flor da Serra somente a partir do Hospital Unimed, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Destaquei a todos que o assunto da noite eram as minutas de propostas de uso e ocupação do solo e parcelamento, sendo assim, a leitura da noite era referente às contribuições deste material. Destaquei que a municipalidade recebeu mais protocolos físicos, que não haviam sido lidos na noite, mas que mesmo assim estariam sendo complementados no material de análise pela comissão de revisão. Momento esse que foi recebido mais duas contribuições, sendo uma do **Dr. Walter Augusto Bortolotto** que solicitou (pelo formulário de participação) a criação de ZPR com gabarito de 2 pavimentos contemplando os bairros que atualmente tem esse gabarito, Flor da Serra, Jardim Alvorada, Monte Belo e Jardim das Hortências, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; **Dr. Cristiano Garcia Neto** que também contribuiu (pelo

## Inovação e Modernização na Gestão Pública

formulário de contribuição) dizendo ser contra a liberação de 5 pavimentos no bairro Flor da Serra e também de 3 pavimentos no Brisas do Vale, se tratando de emenda, informei que será levado para análise da comissão; Na sequência foi realizada a leitura de uma pergunta que não apareceu no *chat* da última audiência e posteriormente lida a sua resposta. Trata-se de uma contribuição formulada pelo Sr. Rafael Augusto, na data de 05 de agosto de 2020, sendo esta: "O documento oficial da Nova Agenda Urbana (ONU) – documento base do CINCATARINA – defende por dezoito vezes a "igualdade de gênero". De que maneira será implementado no Plano Diretor, se o povo é absolutamente contrário a ideologia de gênero?". Em resposta informei que o planejamento urbano, como fonte para o desenvolvimento social, econômico e ambiental de um município, deve ser elaborado de forma a respeitar todos os indivíduos da sociedade, a pluralidade e suas características. A urbanidade foi e deve ser levada em consideração, em todos os processos de revisão do Plano Diretor de Joaçaba. Em relação aos itens citados no questionamento, a ideologia de gênero e igualdade de gênero não foram citados nas propostas de minutas de leis apresentadas na audiência pública, conforme pode ser observado no *site* disponível para consulta. No entanto o termo igualdade de gênero, apesar de não ser explícito nas diretrizes, está contido em todo o plano, em respeito à Constituição da República Federativa do Brasil, em especial ao artigo 5º, inciso I que versa sobre o tratamento igualitário a todos os brasileiros e brasileiras e aos estrangeiros e estrangeiras residentes no país. Salientamos que, as propostas de minutas de leis elaboradas estão disponíveis para emendas. Caso qualquer cidadão discorde da redação, as manifestações serão levadas para análise da comissão de revisão do Plano Diretor; Lembrei que essa era a leitura de uma pergunta que não apareceu no *chat* da última audiência e sua respectiva resposta. Em seguida, expliquei novamente que o material apresentado na noite se tratava de um anteprojeto ou minutas de proposta, sendo assim, passíveis de alteração pela população, e que os prazos de contribuição ainda estão abertos, sendo o prazo para contribuições do Plano Diretor e Código de Posturas, até 17 de agosto de 2020 e contribuições do Uso e Ocupação do Solo e Parcelamento do Solo, até 07 de agosto de 2020, e depois disso o material vai a comissão de revisão do plano diretor, e depois haverá nova audiência para apresentação do projeto de lei. Dito isso, passei a palavra para o Sr. Cláudio Paganini, prefeito municipal, momento que ocorreu uma falha técnica no áudio, e repassamos o vídeo das formas de participação, posteriormente o prefeito conseguiu fazer o uso da palavra, iniciando- a falando que estava desde o início da audiência e participou durante todo o momento, em resposta a comentários dizendo que este não se fazia presente na audiência, depois fez um agradecimento a todas as pessoas que participaram da revisão do plano diretor, sendo esses, membros representantes da ACIOC (Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense), CDL (Câmara de Dirigente Lojistas), Prefeitura, Câmara de Vereadores, CREA (Conselho Regional dos Engenharia e Agronomia), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina), dois membros do interior, quatro representantes dos bairros, representantes ainda do SITESPM (Sindicato Dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Joaçaba), do Sindicato Dos Empregados No Comércio e Em Empresas De Serviços Contábeis, SINDCONT (Sindicato dos Contabilistas), Rotary Club, Lions Clube, APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e também da ARAD (Associação Regional dos Atletas com Deficiência) pediu desculpa caso houvesse esquecido de alguma outra instituição, mas lembrou que todas essas entidades participaram do processo de revisão, e o material apresentado hoje, são

## Inovação e Modernização na Gestão Pública

sugestões de alterações e que nada ainda não está decidido, cobrando então àqueles que não participaram que ainda o fizessem, pois no futuro será feita uma audiência final definitiva, com todas as alterações, baseadas nas participações, lembrou ainda que na câmara de vereadores ainda é possível haver alterações. Lembrou que mesmo muitas pessoas sendo contrárias à audiência online, o município via necessidade neste momento de apresentar as propostas, dando ainda mais tempo para população participar e depois ter realmente um projeto de lei que agrade a todos, e que o tempo usado na noite foi voltado ao desenvolvimento da cidade, falando ainda que "se nós tínhamos um plano diretor, que diziam ser engessado, precisamos fazer com que ele ande, e se nós quisermos ter uma cidade mais moderna e acolhedora, nós precisamos fazer algumas mudanças, e essas mudanças nós temos a oportunidade agora, neste momento" finalizou sua fala agradecendo a todos, e passou para o Sr. **Walter Carneiro Filho**, secretário municipal de desenvolvimento econômico e inovação, e que foi coordenador geral deste trabalho. Sr. **Walter Carneiro Filho** destacou que o prefeito foi muito feliz em suas colocações, e que a noite de hoje é um dia de transparência, trazendo a minuta de propostas construída por uma comissão técnica, uma comissão geral, formada por representantes do município e apresentando para a população, lembrou que o objetivo era que ela fosse presencial, mas por causa da pandemia, não foi possível. Solicitou a todos que participaram na noite da audiência procurem os membros da comissão (que representam esses locais) perguntem sobre o processo, o plano e que sugiram e proponham emendas, que divulguem em seus bairros para ainda ter participações. Destacou que até o momento o material estava sendo debatido entre as comissões, e agora ele está sendo externado à população, para que essa debata e proponha mudanças e que possam construir de forma junta este plano, sem prejudicar ninguém e tornando a cidade melhor para o povo, finalizando assim sua palavra. Não restando mais nenhuma contribuição agradeceu a presença de todos e dei por encerrada a audiência, lembrando que a participação ainda estava aberta, e que a população poderia participar por *e-mail*, formulários de contribuição e protocolo da prefeitura e que o material estava e está no *site* para todos, e que aproveitem o prazo de contribuição para apontarem seus posicionamentos e tirem suas dúvidas. A presente ata segue assinada por mim, supervisor de atuação governamental, Sr. **Guilherme Marcondes**, pela supervisora de atuação governamental, Sr. **Carolina Lima**, pela supervisora de atuação governamental, Sr. **Walter Carneiro Filho**, e pelo secretário municipal de gestão administrativa e financeira, Sr. **Walter Carneiro Filho**, como sinal de sua aprovação. Joaçaba, sete de agosto de dois mil e vinte.

  
WELLINGTON DE OLIVEIRA  
Supervisor de Atuação Governamental  
CINCATARINA

  
GUILHERME MARCONDES  
Supervisor de Atuação Governamental CINCATARINA

  
CAROLINA LIMA  
Supervisora de Atuação Governamental CINCATARINA

  
WALTER CARNEIRO FILHO  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação CINCATARINA

## Inovação e Modernização na Gestão Pública